

## **Realidade e discurso: a História e o trabalho em terreno movediço<sup>1</sup>**

Marcia de Melo Martins Kuyumjian\*  
Maria Thereza Ferraz Negrão de Mello\*

**Resumo:** A proposta constitui reflexão que articula discursos que afloram das frações do real, dos modos como o pesquisador torna legíveis os sentidos construídos sobre o mundo do trabalho e das reativações de práticas historicamente construídas e reelaboradas no cenário da cidade moderna. A ambiência observada alude a pesquisa realizada com trabalhadores informais na cidade de Brasília, no viés da história cultural. A informalidade é vislumbrada como uma produção de efeito que produz também efeitos a partir das práticas e representações que engendra.

**Palavras-chave:** cidade, cultura, trabalho informal.

**Resumé :** La proposition constitue une réflexion sur des discours qui émergent de les fractions du réel, les façons dont le chercheur rend lisible les sens construits sur le monde du travail et de les reactivations de pratiques historiquement contruites et réélaborées sur la scène de la ville moderne. L’ambience observée fait alusion à la recherche réalisée avec les travailleurs informels de la ville de Brasília, dans l’approche de l’histoire culturelle. L’informalité est envisagée comme une production d’effet qui produit aussi lui aussi des effets à partir des pratiques et représentations qu’elle engendre.

**Mots-clés :** ville, culture, travail informel.

A proposta de reflexão sobre sentidos historicamente construídos sobre o mundo do trabalho ensejou a elaboração do presente texto, no qual aparecem alguns dos aportes teóricos que forneceram subsídios para a pesquisa realizada com trabalhadores informais na cidade de Brasília. A informalidade, percebida como uma produção de efeito que também produz efeitos a partir das práticas e representações que a engendram, motivou a investigação.

Os momentos históricos, que marcaram a organização e definição do trabalho, fizeram emergir explicações sobre os paradoxos entre as realidades e as formas de regulação do universo laboral. A questão da modernização (50’s), a construção da democracia (70’s) e a globalização econômica e reestruturação produtiva (80’s) representam transformação produtiva, políticas de integração social, globalização, constituição de sujeitos coletivos,

---

<sup>1</sup> Este texto é um dos produtos do projeto de pesquisa “História do trabalho informal em Brasília” e desenvolvido com o apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP-DF.

\* Professora Doutora do Departamento de História, Universidade de Brasília

desemprego e coesão social. Enfim, indicadores de complexidades cujas tensões afloram na disputa discursiva sobre o mundo do trabalho.

O trabalho é um fazer e uma representação, esquadrinha a cidade na sua trama cultural e histórica, engendra dinâmica e fluxos, constrói subjetividades e promove desigualdades e exclusão social. Faz parte do *ethos* humano, da experiência e organização do mundo. As vivências no trabalho e as formas e modos de inserção social que dele derivam, obrigam-nos a refletir sobre a rede de interações entre o conhecimento sobre o trabalho e a prática do trabalho, principalmente na contemporaneidade, porque desta articulação reverberam práticas que lhe conferem o estatuto de saber-poder que ordena a sociedade. Assim, falar do trabalho é também validá-lo nos campos historiográfico e ético pelas suas múltiplas manifestações, memórias, práticas e narrativas.

Por mais que a relação trabalho e sociedade seja complexa, o trabalho continua a ser uma importante matriz social. É uma construção histórica que imprime sentidos e gerencia ações de homens e grupos em múltiplas temporalidades e diversas concepções conferindo poder e participação diferenciados na ordem social. São lugares<sup>2</sup> construídos a partir de representações sobre desempenho, competência e lucratividade. Há, sob o manto de distribuição de valores sociais, um imaginário social que fornece o fermento para classificar as atividades e criar hierarquização dos homens no seu fazer produtivo. A história cultural ocupada em descortinar sentidos possíveis que o trabalho adquire no balizamento espaço-temporal, alarga seu campo analítico confronta categorias conceituais e elabora apropriações que permitem fugir da inutilidade de se pretender uma explicação uniforme e plausível, porque se aventura nos contextos em que os modos de experimentação do trabalho definem os trabalhadores como testemunhos da realidade. “Esta postura, longe de configurar a pretensão de a tudo conhecer, intenta buscar no conhecimento intersolidário entrecruzamentos e pontos de interseção mais facilmente encontráveis quando ousamos, para adotar a bela imagem de Clifford Geertz “apacentar carneiros em outros vales”<sup>3</sup> (MELLO, 2002:33-34)

Dentre as inúmeras críticas sobre a industrialização destaca-se o embate entre a sociedade racionalmente guiada e a resultante do acúmulo de experiências. Ambas são objetos de investigação; ora a história se ocupa da tarefa de narrar e interpretar os processos sociais ao longo do tempo, ora destaca as manifestações cotidianas com ênfase nas localidades. A

---

<sup>2</sup> Entende-se lugar como uma prática, isto é, do processo de produção que culmina em um produto, e uma representação, porque é apreciação valorativa.

<sup>3</sup> A citação do antropólogo C. Geertz (1989:40) é usada pela autora para enfatizar a pertinência da interdisciplinaridade e as articulações entre teoria e empírico.

concentração no passado, não exclui o Tempo Presente, também legado histórico inteligível quando “pouco a pouco aliviado de seu autismo”.(RIOUX, 1999:50)

Cabe ao historiador refletir sobre possíveis entendimentos dos atores sociais envolvidos. Entendimentos ancorados nas apreciações valorativas responsáveis pelas representações que constroem e reconstroem a trama de inter-relações entre a materialidade do trabalho e seu campo simbólico. A cada momento histórico, as atividades são nomeadas para serem inscritas em uma ordem que, nos termos de Foucault, é tateante porque depende do olhar e da linguagem e acaba por evocar a desordem das coisas, do pensamento e das palavras que não encontram um espaço e um lugar próprio.

Esse tatear está no cerne da sociologia, história e antropologia que não logram esgotar a riqueza e diversidade do real. Então, esta é uma questão epistemológica, tal seja, como o conhecimento é construído e de como esse conhecimento, com seus limites e lacunas, encarrega-se de informar e reconfigurar a realidade. Assim, o termo “trabalho” celebra mais que o reconhecimento de um modo de fazer, notabilizado na França no século XVII. É a metáfora das necessidades e do status social, confere sentido e se articula a uma retórica sobre o mercado. Isto é, mais que habilidade de produzir coisas, se vincula a uma trama relacional e depende de um tipo de sociabilidade, previsibilidade, regularidade que define lugar e poder. É enfim um discurso que “não é mero reflexo da realidade, ele é a realidade, já que é pela linguagem que a expressamos, tornando-a inteligível, dotando-a de sentidos.”(BRITO, 2008:32)

As forças produtivas hegemônicas, no séc. XX, são engendradas por uma metodologia pedagógica, da soberania do trabalho e induz à passagem da disposição para a vida econômica à profissionalização. Conhecimento e remuneração tornam-se dois aliados do indivíduo que deseja ter uma existência pública, uma identidade social, pertencer a uma rede de relações e trocas, com direitos e deveres. Ser trabalhador na sociedade industrial significa estar afinado com o pacto capital e trabalho que garante benefícios em troca da subordinação ao jogo de poder.

Os avanços tecnológicos e científicos produzem mudanças substanciais no sistema produtivo e na vida das pessoas. De um lado, são inegáveis o conforto e as facilidades no dia-a-dia, de outro, há de se reconhecer a grande virada científica em face do peso das diferentes reestruturações produtivas no cotidiano da classe trabalhadora, talhada na exploração e resistência. Os esforços teóricos atuais preocupam-se, em ampliar o entendimento sobre arranjos sociais tributários da diversidade cultural e da complexidade do mundo global.

A história cultural reconhece a experiência cotidiana como acontecimento histórico e com sua vocação interdisciplinar oferece leituras possíveis de um mesmo acontecimento externando sentidos vários que os seres humanos atribuem ao que fazem. Como enfatiza BRITO (2008:33): “as representações constroem sentidos para a realidade e, por sua natureza social, são sempre plurais, muitas vezes contraditórias, representativas dos interesses dos grupos que lutam para dar à realidade o sentido resultante de sua leitura do mundo social.” Então, o campo do saber se explode em mil possibilidades e, ao mesmo tempo, fragmenta-se. Encontramos, agora, um terreno mais movediço, onde as certezas são substituídas por possibilidades e as alternativas de compreensão do real tornam-se ilimitadas, como são ilimitados os contornos da aventura humana. Os modos de compreender o mundo é produto da própria cultura que congrega o trabalho e o cientista. PESAVENTO(2004:15) coloca a questão nos seguintes termos: “A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa.”

Este processo cobra, dos pesquisadores, o uso mais cauteloso de conceitos e noções, a postura crítica diante das fontes e dos referenciais teóricos e, principalmente, a prontidão na ausculta da polifonia de vozes. O debruçar sobre as fontes, já de início, mostra um discurso que se coloca como portador de um nós, mas que é somente uma voz, e talvez dos quadros dominantes, dentre tantas outras que compõem o caleidoscópio social. Retomamos então, a envergadura dos modos de fazer e do cotidiano, tendo por referência o ponto de interseção entre a realidade e a ordem do discurso científico.

Sob este ângulo, a análise sobre o mundo do trabalho, com tantas variáveis e tantas configurações, impele pensar o lugar do cientista que, ao observar o modo como o trabalho não regulamentado se manifesta e, portanto, dotado de existência e de características que o tornam um acontecimento, o faz proferindo um discurso que, sob o crivo da ciência, tenta dar tenacidade à exposição do mundo real. Então, a articulação entre trabalho e olhares sobre o trabalho é questão importante porque toca nas fissuras da ordem e sugere questionar a competência do fazer e do cotidiano. Como bem expressa MELLO (1999:152): “Se na academia os fenômenos são sistematizados, é da realidade cotidiana que ela os colhe, objetivando compreendê-los à luz de referenciais.”

È no burburinho dessas banalidades que o historiador se propõe a apresentar uma novidade, descortinar uma realidade. Seu equipamento são os olhos do presente. E o trabalho histórico é marcado pelo desafio de negociar do presente com o passado, logrado por um

discurso que oferece mais informação sobre o próprio discurso e as operações de leitura do que sobre os traços do passado. De CERTEAU (2006:46) resume essa inquietação: “fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas. Ela é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhes a vida.”

Sobre o passado detemos a narrativa elaborada no presente, uma construção que jamais será a vivificação do que foi, todavia uma leitura do possível. Quando tratamos da história do tempo presente, a referência está no emaranhado de opiniões ainda ofegantes que procuram auscultar os sentidos, cujos rizomas e conexões encontram-se no passado. O presente é um objeto e uma prática que, evitando o salto pirotécnico do malabarista, agarra-se ao fio que dá a idéia de uma seqüência lógica na continuidade das histórias, assim como da vida. Mas, nos seus intervalos, vão aparecendo os silêncios, as ambigüidades e as contradições. Afinal, estamos falando das ações humanas em pleno movimento, cujo entendimento não está claro para quem o vivencia e tampouco para quem as observa.

A experiência do historiador inclui a inextricável relação entre si e o outro colocado no presente. A comunicação não está apartada por uma temporalidade, e tampouco pelo lugar da história como ciência, mas pela genialidade do conjunto social em abrigar, no presente, temporalidades de significações díspares e plurais. Mais que o prestígio do que aconteceu, a história dá notoriedade ao presente e a novos deslocamentos, atividade humana que estabelece elos entre a objetividade da ciência e os deslocamentos das práticas sociais e dos entendimentos sobre a vida e os homens. Não por acaso Martins critica a pretensão racional da formação histórica como dada ao afirmar que

A formação histórica não pode, todavia, dar-se por satisfeita com essa suposição e limitar-se a levar meramente adiante “heranças históricas” previamente dadas. Isso teria o elevado preço de admitir-se o abandono – tradicionalista e altamente restritivo – das experiências presentes do tempo que problematizam as condições e os regimes de vida dados. (MARTINS, 2002:136)

A esse abandono soma-se a habilidade social de produzir silêncios e de transformar homens reais em reminiscências sem importância do que já foi superado. Por exemplo, a supremacia da tecelagem industrial tira de cena o lugar do artesão, a não ser como representante vivo de outra temporalidade, curiosidade exótica de um passado remoto e superado. Assim, as investigações científicas, principalmente as historiográficas, ficam mais preocupadas com a escrita como resultado do lugar social e das práticas científicas. Esse

“sonambulismo teórico”, expressão cunhada por De Certeau (op cit), impede uma percepção mais aguda dos acontecimentos senão sob a tutela e alusão do que se enraizou como regime de manifestações, sejam elas econômicas, sociais, políticas ou científicas.

O discurso histórico, na maioria das vezes, é resultado de um contrato sobre método e teoria, uma verossimilhança enunciativa, com ênfase no discurso. Enquanto isso, as alternativas históricas de atores, na sua prosaica cotidianidade, vão deixando um rastro presente, de outros possíveis escritos. Ou ainda, acrescentem-se, as reminiscências de contemporâneos funcionam impulsionadas por várias lógicas e razões. Mello termina seu artigo sobre Xangai, chamando a atenção para o lugar privilegiado da arte na suspensão da cotidianidade para, provocativamente, questionar o lugar do historiador. Vejamos:

Andei lendo que o historiador “é e deve ser um artista”. Maffesoli, ao corroborar tal entendimento, pensa nas escolhas dos objetos de estudo para além da pura racionalidade, posto que impregnada também de um esteticismo que o autor identifica e resume com a expressão “senso artístico”. Do mesmo modo entendo que há ainda artistas de cujo trabalho exala um “senso histórico”. (MELLO, 1999:170)

Os artistas e todos os demais produtores exalam um senso histórico, portanto, são reveladores de uma trajetória e de um modo de operar os instrumentos disponibilizados pela cultura à qual se integram. Deste modo, o problema tem sido de como abrigar sobre um mesmo padrão operacional, situações que revelam temporalidades e lugares cujos liames e contatos são frágeis, senão incomunicáveis. Isto nos faz pensar sobre os diferentes trabalhos que perderam status, desapareceram ou ainda sobrevivem nas esgueiras das cidades como abjetos.

Se observarmos as modalidades que o trabalho adquire hoje, notaremos que a divisão disciplinar tem por desígnio investigar as configurações e hierarquizações conceituais. Economia, sociologia, psicologia e história se completam na busca de maior compreensão sobre uma questão que nada tem de óbvio e sequer de insignificante. Sem tirar o valor de cada uma das contribuições, há um impasse que nos interessa: a adequação das nomeações e as múltiplas fissuras que as várias noções de trabalho produzem sobre os modos como o trabalho é exercitado. Não é esse exercício que determina um modo próprio de os atores sociais se colocarem diante de si e do mundo? Mas há a hegemonia do discurso oficial, que inventaria algumas atividades e elimina outras.

Enfrentamos, portanto, distintas figurações com dificuldades de serem articuladas enquanto narrativas. Um olhar sobre os temas de pesquisas atinentes ao trabalho no século XX, evidencia o aprisionamento do termo à sua percepção atual, às marcas que a

industrialização imprimiu, esculpindo enclausuramentos para os homens e seus fazeres. Tomando Williams como interlocutor, Bresciane, ao aproximar Cultura e História, situa na Revolução Industrial, a conjuntura em que palavras e significados se reconfiguram. Assim, não mais a industriiosidade como atributo humano, mas o industrialismo, coerente com o novo sistema de produção. Neste cenário, “o conhecimento, algo subjetivo ao trabalhador, deserta-o para localizar-se nas máquinas.” (BRESCIANE, 1996:36)

Segundo VEYNE (1989), se, desde a antiguidade, exaltava-se o ócio do notável em contraponto à degradação do trabalhador, o que define se uma atividade é ou não considerada trabalho? Este é um grande enigma da história uma vez que as atividades de trabalho tendem a se propagar, incorporando negócios, ofícios artesanais e profissões liberais, tecnológicas e virtuais, “vão compondo o universo da produção virtual e, a um só tempo, aumentam também a inutilidade de várias outras atividades pela sua defasagem à expansão do mercado produtor” (KUYUMJIAN, 2006:146).

Ressaltada a complexidade do tema, cabe realçar o sentido e o valor do trabalho para os diferentes segmentos sociais, com o cuidado de não dimensionar além do necessário a materialidade do trabalho enquanto lócus de criação, de produção e de reprodução social. Não é possível pensar esta questão, debulhando todas as formas que o trabalho adquire nas sociedades atuais, com as variantes de tempo, habilidades, competências, impacto social e econômico. Por tal, o destaque é colocado nos atores que atuam na informalidade, como fruto da sua própria experiência, do seu enquadramento socioeconômico, das transformações objetivas e subjetivas e do glossário de percepções sobre os sujeitos e o mundo que “atuam como narradores que, do lugar praticado, constroem discursos que se sobrepõem ao discurso oficial ideológico que homogeneiza o modo de significar o trabalho e a vida.”(KUYUMJIAN, MELLO, SANTOS, 2001:188)

O que se destaca não é exatamente o trabalho em si, mas o vínculo que ele permite estabelecer com os diferentes matizes culturais com os quais tem de negociar cotidianamente. O fato de o trabalho merecer um qualificativo que substantiva o próprio sujeito que trabalha indica-nos os procedimentos discursivos que atuam como imperativo de dominação e de afirmação de uma identidade imaginada sobre a ordem social e seus sujeitos. Nesta ordem, a informalidade vai se alongando como elemento ora oponente, ora complementar, ora subalternizado à noção de formalidade, cuja compreensão depende da construção de códigos que marcam o lugar do convencional para apontar o impugnável, o heterogêneo e, no limite, o ilegal. É a expressão dos “conflitos entre os interesses do poder público e a manifestação pública dos interesses de grupos.”(ibidem)

A perplexidade não repousa sobre o fato de haver certa submissão da ciência à tecnologia, mas sobre a maneira pela qual se coage a todos a uma adequação quase imediata à nova ordem consubstanciada pela rede atomizada da produção e das relações sociais. A esta prontidão para aceitar o novo ou impô-lo, faz-se necessário negociar as alteridades produzidas no tempo. Mas num tempo que, conforme GIDDENS (1991), não é o mesmo para todos. Enquanto a tecnologia o encolhe ao imediato, a vida mantém a lentidão na compreensão e integração. Isto altera o velho padrão de identidades sociais e profissionais determinado por balizas culturais estáveis e de longa duração. Indício da propagação de novos valores culturais, mais virtuais, mas também sintoma de uma sociedade que não coloca em evidência o tempo humano, mais real; desenhado por processos de familiarização, assimilação, apropriação e reelaborações, que marcam a distância entre dia e noite, entre anos e gerações. Antes, a ênfase é colocada no tempo imediato da produção, da automação e da robótica.

Auscultar os murmurinhos dos que se encontram na informalidade permite aventurar na imagem do trabalho como “regionalização dos sentidos no corpo do sujeito e na linguagem” (ORLANDI, 2001:9-24). Ou ainda, revendo Benjamim com Magalhães, na sociedade industrializada moderna,

não existem [...] condições adequadas que permitiriam a realização de transmissão da experiência no seu sentido pleno, tais como: comunidade de vida e de discurso entre o narrador e o ouvinte; organização comunitária artesanal do trabalho; lenta acumulação de várias narrações sucessivas; progressiva sedimentação de diversas experiências; palavras unificadoras; senso prático, utilitário da narrativa tradicional.(MAGALHÃES, 2001:87-88)

A atitude dos indivíduos, condicionada pela necessidade do dinheiro, moeda de troca, de comunicação e interação social, é um testemunho das condições de existência e dos significados que se articulam na produção de efeitos sobre os modos como a vida se lhe apresenta, é vivida e representada. Sob o signo de tal convicção, motivadora das reflexões desenvolvidas, espera-se que elas sejam o mote para adensamento do diálogo sobre o movediço, e por isso fascinante, mundo do trabalho e atores sociais que o animam.

### Referência bibliográfica

- BRESCIANE, Stella. “Cultura e História, uma aproximação possível”. In PAIVA, M e MOREIRA, M (orgs). *Cultura, substantivo plural*. Rio de Janeiro-Centro C. B. do BRASIL/São Paulo- Ed.34, 1996.
- BRITO, Eleonora Zicari Costa de. História, historiografia e representação. In: KUYUMJIAN, Marcia de M. M. & MELLO, Maria Thereza F. N.(orgs.) *Os espaços da história cultural*. Brasília: Paralelo 15. 2008, pp 29-40.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- KUYUMJIAN, Marcia M. M. Quando o trabalho é transformado em ressonância do passado. In: COSTA, Cléria Botêlho da (org.). *Um passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15, 2002.
- KUYUMJIAN, Márcia M. M. O trabalho e o social: temporalidade e contextos históricos. *Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, Brasília: UnB, v. 14, n. 1 /2, p. 143, 2006.
- KUYUMJIAN, Marcia M. M; MELLO, Maria T. Ferraz Negrão de; SANTOS, C. C. B. Vivências cotidianas do trabalho informal em Brasília. *Ser social 9. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB*, Brasília, v.1, n.1, jul/dez. 2001.
- MAFFESOLI, Michel. *A lógica da dominação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MAGALHÃES, Nancy Alessio. Narradores: vozes e poderes de diferentes pensadores. In: COSTA, Cléria B. da & MAGALHÃES, Nancy A. (orgs.) *Contas história, fazer História – História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15. 2001, pp. 85-107
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. Que sentido para a história e a historiografia? Propostas quanto à razão, ao contra-senso, à narrativa e à cultura. *Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, Brasília, v.10, n.1/2, 2002.
- MELLO, Maria T. Ferraz Negrão de. Qué qui tu tem, canário: cultura e representação no repertório de Xangai. In: COSTA, Cléria Botêlho da; MACHADO, Maria Salete Kern (orgs). *Imaginário e História*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero. 1999.
- ORLANDI, Eni P. Tralhas e troços: o flagrante urbano. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Cidade atravessada: Os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 9-24.
- PESAVENTO, Sandra. *História & história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RIOUX, Jean-Pierre. “Pode-se fazer uma História do Presente?” in CHAUVEAU, A e TÉTART, Ph. (orgs) *Questões para a História do Tempo Presente*. Bauru, S.P. Edusc, 1999.
- VEYNE, Paul. O império romano. \_\_\_\_\_ (org.). *História da Vida Privada I: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 19-224.